

Joaquim Tinoco, preso porque pensava diferente

Luiz Gonzaga Cortez

Reprodução de documentos do Arquivo Público do Estado
Fichas Analíticas do antigo DOPS

As pastas com fichas e documentos da extinta Delegacia de Ordem Política e Social-DOPS, da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Norte, referentes aos presos e perseguidos políticos após a revolta comunista de 1935, continuam a revelar o caráter autoritário e discricionário dos detentores do poder. As pastas do acervo do Arquivo Público do Estado, contém fichas de antigos integralistas, que seguiam a doutrina conservadora, nacionalista e cristã de Plínio Salgado, e dos esquerdistas em geral, principalmente comunistas stalinistas do velho PCB, que rezavam na cartilha do marxismo, internacionalismo proletário e do materialismo histórico. O funcionário público do Estado, “guarda fiscal”, Joaquim da Fonseca Tinoco(1892-1953), natural de Igapó, hoje São Gonçalo do Amarante, foi um dos adversários dos políticos atrasados do Rn que mais sofreram nas mãos dos seus perseguidores e inquisidores. O seu crime: simpatizante do comunismo. Era filiado ao Partido Comunista? Não, não existe documento que comprove a filiação, mas uma de suas filhas, Vicência de Paula da Fonseca Tinoco, testemunha das prisões sofridas pelo pai, ele era admirador de Luiz Carlos Prestes e lia muitos livros de autores comunistas.

A ficha de Joaquim da Fonseca Tinoco, de número 439 do Registro Geral do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal da Polícia do RN, informa que ele foi preso no dia 5 de março de 1936 e identificado e fotografado no dia seguinte. Motivo: suspeito de ser comunista; sim, simplesmente suspeito de ser comunista.

Sim, na ditadura de Vargas era crime contra o Estado ter idéias, pensar e escrever fora dos cânones estabelecidos pelo regime. E os políticos carcomidos, os mesmos derrubados na revolução de 1930, que estavam aliados ao estado de exceção, em vigor desde 1935, eram os responsáveis pelas perseguições aos seus adversários. E no Rio Grande do Norte, muitos casos já foram relatados na imprensa e na literatura política do Estado. Mas o caso de Joaquim Tinoco é típico pela maneira permanente que os políticos de Macaíba o perseguiram por causa das suas idéias.

Honesto, era um funcionário do fisco estadual que não recebia propinas, segundo Vicência de Paula, “pois, ele sempre dizia que nasceu pobre e que morreria pobre, que não receberia jamais gorjetas e dinheiro para deixar passar mercadorias sem cobrar o imposto devido”. Naquela época, 43 anos, Joaquim morava em Macaíba, então próspero município das cercanias de Natal, com vários filhos e filhas. “Tio Régulo, era juiz de direito e sempre era chamado para soltar papai. Certa vez, em março de 1936, papai estava sendo fotografado na Chefatura de Polícia, na Ribeira, nos preparativos para embarcar para Ilha Grande, no Rio, sem processo, inquérito, nada, só suspeição de ser comunista. Tio Régulo tirou ele da prisão e o levou para um sítio de sua propriedade, no Tirol, onde hoje é a Vila do IAPC.Papai

perdeu o emprego por causa dessa prisão, mas vários meses depois de ficar confinado no sítio, ele foi para a localidade Milharada, em São Gonçalo, em 1938. Na manhã do terceiro dia, ele foi preso por três soldados da polícia, a mandado do Mesquita velho, já falecido, que tinha raiva de papai. Os Mesquita perseguiram muito ele. À noite, tio Régulo foi na delegacia de Macaíba e o soltou. O interessante nessa história é que havia um Mesquita bom, que não perseguia, era amigo de papai e comunista também. Não sei o nome, mas já é falecido e deixou um filho, também falecido, que era médico em Natal, de nome Luiz Carlos Mesquita. Os dois, papai e o pai desse médico, fizeram uma aposta de que quem tivesse um filho homem colocaria o nome de Luiz Carlos Prestes. Os dois disseram que o outro não teria coragem de cumprir a aposta. Papai botou o nome de Luiz Carlos Prestes no meu irmão, enquanto o seu amigo Mesquita colocou apenas Luiz Carlos”, disse Vicência, “Cencinha” para os familiares e amigos. (Obs.: O irmão de “Cencinha”, Luiz Carlos Prestes, engenheiro aposentado do Banco do Brasil, tirou o sobrenome Carlos, antes de ingressar no banco. Outro irmão dela, também engenheiro, que se chamava Humberto Stálin da Fonseca Tinoco, também retirou o Stálin do nome. Outro irmão se chamava Vladimir Lênin, mas faleceu com menos de um mês de nascido).

Em virtude das perseguições em Macaíba, Joaquim Tinoco foi ser professor em Extremoz, mas ganhava pouco com as aulas particulares e, ajudado pelos irmãos e familiares da esposa, dona Esther Gesteira Tinoco, trouxe a família para Natal novamente, no final dos anos trinta, tendo residido nas ruas da Misericórdia e Voluntários da Pátria, no Centro. Depois da guerra, conseguiu ser reintegrado ao fisco do estado e foi trabalhar num posto no bairro das Quintas. Enquanto isso, o seu filho mais velho, José Almir, ajudado por um tio, foi para o Rio de Janeiro estudar na Marinha Mercante, onde obteve o grau de piloto de navio cargueiro. Almir mandava dinheiro para o pai e em 1951 foi para o Japão buscar um rebocador.

“Papai viveu muito aperreado muitos anos, sempre se mudando de residência, mas a ajuda da família foi indispensável. A gente não podia ficar num canto descansada por causa das prisões. Só no sítio do Tirol foram quase 11 anos, até 1951. Mas em toda essa época ele nunca falou em pregar comunismo para os filhos, não dizia nada. Gostava muito de Prestes, lia muito e simpatizava com o Partido Comunista. Em 1952, uma vizinha, dona Umbelina Siqueira, avisou que a política iria fazer uma revista nas casas dos suspeitos. Papai queimou todos os seus livros, mas a polícia não apareceu. O sofrimento da família só não foi maior porque tio Régulo, irmão de papai, não tinha partido político, era do lado de quem estivesse de cima e não contava até três para ajudar o irmão perseguido”, relembra Vicência de Paula.

Apesar de não estar inteirada sobre a Lei da Anistia, ela opina que os filhos e filhas de Joaquim da Fonseca Tinoco poderão requerer indenização, tendo em vista que o seu pai ficou afastado do emprego durante vários anos, sem ter sido indenizado em vida. O seu advogado, Rômulo Wanderley, lutou muito para receber, mas só ouvia promessas dos administradores do Estado. “O doutor Rômulo morreu sem conseguir liberar os atrasados a que papai tinha direito”, lembra Cencinha.

Luiz Gonzaga Cortez é jornalista e pesquisador.

NOTAS

Joaquim da Fonseca Tinoco foi denunciado em 26 de fevereiro de 1938 pelo juiz de Direito da terceira Vara ao Delegado de Ordem Social e condenado a um ano de prisão celular, em 16 de maio de 1938, sendo recolhido à antiga Casa de Detenção de Natal, hoje Centro de Turismo, em 14 de julho do mesmo ano. Em 13 de dezembro de 38, foi solto por sursis, por sentença do Dr. Raul Machado, Juiz do Tribunal de Segurança Nacional. Durante o período em que esteve preso, a sua manutenção e alimentação foi custeada por seu irmão, Régulo Tinoco, nome de rua no bairro Barro Vermelho, e familiares.



www.dhnet.org.br